

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

IÊDA LÚCIA RAIMUNDO DE OLIVEIRA

ELA TAMBÉM LUTOU:

**O papel da mulher na luta armada contra o regime militar
no Brasil (1970 – 1985)**

XXVII Simpósio Nacional de História

Natal/2013

Em uma sociedade patriarcal, as mulheres entram na luta contra a repressão com consciência de classe. Elas sabiam por que lutavam

“Não entrei na luta porque achei o fulano bonito ou uma greve bonita, entrei com consciência de classe, aquela que a gente vai criando quando quer estudar e não pode, quando quer comer um doce e não tem.”¹

A participação feminina na luta armada contra a opressão do Estado nos anos 70, período do recrudescimento do regime militar, após seis anos do golpe que derrubou João Goulart do governo, inexoravelmente, vai de encontro aos argumentos de J. M. Hexter² quando justifica a não inclusão das mulheres na historiografia, uma vez não serem responsáveis por mudanças em acontecimentos políticos e sociais. A luta expugnável da mulher pela emancipação humana, nesse contexto histórico, não só a coloca como objeto da História como, também, agente histórico em um âmbito que perpassa o movimento feminista e o movimento das mulheres; antagonizando, assim, os argumentos de Simone de Beauvoir³ em sua obra *O segundo sexo*, que apregoa a imagem da mulher que não atua na vida social ou política e, por não ter qualquer projeto de vida própria, age, unicamente, como subserviente a uma sociedade patriarcal.

A resistência feminina à ditadura militar vai muito além de uma disputa de gênero, pois se localiza em um repertório social, político e cultural no qual a repressão

¹ Depoimento de Damaris, uma das depoentes na obra de Luiz Maklouf Carvalho – Mulheres que foram à luta armada. (1998:46).

² Reflexões no texto “Enfoques feministas e a História: desafios e perspectivas de Rachel Soihet (Gênero em Debate, 1997:61).

³ *Idem*

estatal suprime toda e qualquer liberdade. A sua luta não caminha na subjacência, não obstante, é sublevada em sua significação.

Nesse sentido, Raquel Soihet discorre em seu texto *Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas (Gênero em debate, 1997)*:

“Nesse particular, destaca-se o vulto assumido pela história social, na qual se engajam correntes revisionistas marxistas, cuja preocupação incide sobre as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais até então excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história. A preocupação da corrente neomarxista com a inter-relação entre a micro história e o contexto global permite a abordagem do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais – elementos fundamentais na apreensão das vivências desses grupos, de suas formas de luta e de resistência.”

Dessa maneira, na luta armada, o papel da mulher não fica na sub trama, mas na trama, como também protagonista, ou, pode-se, até, preconizar uma nova trama, na qual é colocada a luta da mulher dentro de outra luta: o panorama sexista na militância contra a opressão estatal.

A reação da mulher contra a ditadura militar não se restringe simplesmente à resistência a uma sociedade que a coloca em uma categoria inferior, como observa Raquel Soihet (*Gênero em debate, 1997*) quando se refere às manifestações de mulheres e as suas relações com as mudanças sociais até a década de 70:

“Tal visão empobrecedora obscurece seu protagonismo como sujeitos políticos ativos e participantes da mudança social e de sua própria mudança, assim como suas alianças e, inclusive, participação na manutenção da ordem patriarcal.”

Existem trabalhos e estudos historiográficos - legítimos relevantes e plausíveis - que buscam mostrar a vitimização e a opressão feminina em sua militância utilizando, para isso, depoimentos de mulheres que viveram experiências na luta contra o regime militar, evidenciando, assim, seu martírio. São trabalhos importantes, pois as vozes dessas mulheres, além do resgate, de toda ou alguma forma, de suas identidades,

cimentam a construção da memória do período. Mas por que a sua luta não pode ser resumida ou entendida apenas como martírio? Quando colocamos um *zoom* na luta dessas mulheres, podemos visualizar um projeto maior: o engajamento pela liberdade para a ação humana promovida pela resistência expugnável (visível), pelo suporte – invisível - escondendo homens e mulheres militantes, realizando bazares para a captação de recursos financeiros para a luta, pela força que demonstravam na clandestinidade ou no exílio.

Nesse sentido, FERREIRA (1986) considera que a adesão das mulheres em um projeto revolucionário não estava ligada a um sacrifício e a uma renúncia, e sim ao que elas consideravam, de qualquer forma, uma ação política.

Nas considerações de COLLING:

“As mulheres, é preciso que se diga, não se lançaram na ação política unicamente com o objetivo de derrubar o governo militar, mas, também, em um projeto de transformação da sociedade brasileira para combater as injustiças e a miséria causada pela desigualdade social.”
(COLLING, 1997:39)

Entretanto, é necessário colocar uma lente – que não pode ser mal definida – sobre as diversas discriminações que sofriam na militância e nas torturas diferenciadas a que essas mulheres eram submetidas, colocando-as, nesse momento, na categoria de gênero. Ao entrar no combate às injustiças sociais, as mulheres teriam (nos porões) de pagar alto preço, pois, conforme COLLING (1997), invadir o espaço público, político e masculino, foi o que fizeram aquelas mulheres ao se engajarem em organizações de esquerda, clandestinas, para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar.

Olívia Rangel Joffily pontua:

“...No embate concreto com o poder instituído, as Militantes de esquerda defrontaram-se com as Representações dominantes mais arraigadas das desigualdades entre as categorias de sexo, reproduzidas. Na grande maioria das vezes, pelo discurso e pela prática masculinas dos agentes de segurança. As relações de

dominação política, nesse caso, eram potencializadas pelo universo simbólico, mas também concreto, da desigualdade entre os sexos.”

O golpe que antecede a luta

Fomentado dentro de um cenário nacional marcado por acirrados confrontos entre a esquerda e a direita, as questões sociais, as lutas pelas reformas de base, as resistências às intervenções dos EUA, a sua imagem de comunista desenhada por seus adversários, contribuíram para que João Goulart percorresse em caminhos que o levariam à sua deposição e exílio. Os caminhos do Golpe de 1964.

O que diz Moniz Bandeira acerca do golpe?

“Naquele mesmo dia, 31 de março, o governo de Washington, a pedido do embaixador Lincoln Gordon, acionou a Operação Brother Sam, que consistia na expedição para o Brasil de uma força-tarefa, composta de porta-aviões Forrestal, destróieres de apoio, mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos, bem como petroleiros (Santa Inez, Chepachet, Hampton Roads e Nash Bulk), com um total de 136.000 barris de gasolina comum, 272.000 barris de combustíveis para jatos, 87.000 barris de gasolina de avião. O general George S. Brown chefiava as operações, que contaria ainda com a participação de uma força-tarefa ultrassecreta do Exército da Marinha, aeronáutica e CIA, posta em ação na base do Panamá, sob o comando do major-general Robert A. Breiyweiser.”

Na análise de Bandeira, em sua obra *As lutas sociais no Brasil – 1961 – 1964*, todo esse arsenal norte-americano não visava apenas fornecer apoio aos sublevados, mas, certamente, interferir militarmente no Brasil. Em verdade, toda a operação deflagraria se Goulart resistisse. Começa, assim, toda a movimentação política a favor e contra o golpe. Os acordos, os conselhos, os momentos que angustiavam alguns e despertavam sonhos em outros. Goulart via-se em uma situação-problema: não havia um modo de sufocar a intentona sem provocar uma guerra civil.

Após o Golpe e a queda de João Goulart, uma junta de militares formada por representantes da Aeronáutica, Exército e Marinha assume o poder e institui um regime autoritário que durou mais de vinte anos.

Instaura-se no Brasil um período no qual as polarizações ideológicas se tornam latentes até o recrudescimento do regime quando é decretado o AI-5, em 1968. Período em que os militares perseguiram ideias e pessoas que fossem subversivas e contrárias ao Governo.

No início dos anos de 1970 – chamados “*os anos de chumbo*” e das resistências populares - diversos movimentos revolucionários da América Latina influenciam a luta armada no Brasil contra a ditadura militar. O triunfo da Revolução Cubana foi de forte inspiração. Havia um motivo para a luta e um modelo pronto de luta que dera certo. Na resistência ao Regime, organizações se formavam. As ideias revolucionárias eram engravidadas e gestadas pela esquerda, armada ou não, que depois as fazia nascer para a luta por um país democrático.

Mas não era uma luta só para homens.

Mulheres: alienadas ou engajadas?

Em um período no qual a vida pública refletia diretamente na vida privada, como as mulheres se comportavam? Onde se localizam nas ações populares contra a opressão estatal? Quais os seus movimentos? Em meio às polarizações ideológicas latentes pelo recrudescimento do regime, quando é decretado o AI-5, quais são os efeitos no cotidiano feminino?

Segundo Céli Regina Jardim Pinto em sua obra *Uma história do feminismo no Brasil traz a reflexão:*

“Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do mundo feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para por em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público.”

Masculino *versus* feminino? Contra uma opressão que não partia da relação entre gênero, essa dicotomia é inválida. A história da resistência ao regime militar contada em uma versão masculina, por muito tempo, faz desaparecer ou anular o engajamento e a luta das mulheres, que posta à luz pode ser vista como uma luta contra a desigualdade e o descaso com o “ser livre”, na condição humana. Na luta contra a ausência da democracia, as mulheres se reconhecem, politicamente, como parte do todo. Sua aspiração para atuar no âmbito público não é movida pelo desejo de tomar o lugar do masculino, mas por extintos sociais, pelo equilíbrio de forças contra o Estado opressor.

Nesse contexto, a mulher não vai à luta em oposição a sua miserabilidade⁴, não se trata de rebeldia, mas de uma ideologia igualitária.

Conforme JOFFILY (2005), as mulheres que optaram por participar ativamente da vida política do país, além de lutarem por um mundo mais justo do ponto de vista da distribuição de renda e da participação política de amplos setores sociais, integravam o esforço no sentido de redimensionar o papel da mulher na sociedade.

Nesse mesmo período – década de 70 – nominados estudos de gênero já caminham na academia. Movimentos feministas são fortalecidos, mulheres se movimentam ingressando em grupos revolucionários, pegam em armas, aspiram à vida pública. Não por idílio, as mulheres experimentam a liberdade para a luta. E a luta era pela liberdade que a condição humana, em qualquer gênero, requer.

Maria Izilda S. de Matos, em *Outras Histórias: As mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades* (Gênero em Debate, 1997) fala desse novo cenário feminino:

“Enquanto os espaços tradicionais de expressão política se encontravam fechados, elas se organizavam em formas alternativas de atuação, muitas vezes em torno de uma luta pelo imediato que as constituía como sujeitos coletivos e políticos (cf. Sader, 1989; Souza-Lobo, 1991) Assim, na década de 70, as mulheres “entraram em cena” e se tornaram visíveis na sociedade e na academia, onde os estudos

⁴Referência a história “Miserabilistas” (Pierrot, 1988)

sobre a mulher se encontravam marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial.”

Diante ao elenco das ações que definiam o período mais arbitrário do regime militar, a mulher assume uma postura refratária ao referendar a luta contra o autoritarismo do Estado que suprimia as liberdades individuais.

Colocar à luz a participação da mulher na luta armada é colocá-la no jogo do poder que separa o público do privado. É muito comum em estudos científicos, ou fora deles, uma necessidade efetiva em fazer visíveis os movimentos das mulheres em projetos revolucionários. Nesse passo, adiantamos que só se dá visibilidade ao que existe. Elas estavam na luta!

Revelar sua luta, indubitavelmente, é concordar que estiveram lá. Não se revela um filme vazio. Filme revelado, encontramos outras Lúcias, Dulces, Crimeias, Zuzus, Marias e Clarices⁵ que por seus filhos, maridos, amantes, por elas mesmas, sobretudo, por uma sociedade democrática, também lutaram. Filme revelado, a história da luta contra a ditadura militar deixa de ser contada em uma versão unicamente masculina. Na repressão e na luta, a mulher passa a ser vista como objeto e como sujeito nas transformações sociais, políticas e culturais.

Elas estiveram no mesmo “lugar” que os homens: na resistência, na guerrilha (na cidade e no campo), escondendo os que lutavam, organizando ações para recolher finanças, presas, torturadas, na clandestinidade, foram exiladas. Por justiça e igualdade social, elas também lutaram.

Contra a opressão estatal, a participação feminina faz parte do discurso, entendido aqui por Michel Foucault, como não sendo apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual se quer apoderar.

⁵Mulheres que lutaram contra o regime militar: Lúcia Murat, Dulce Maia, Crimeia Alice Schmidt de Almeida, Zuzu Angel . Maria– dona Maria, mãe do sociólogo Herbert de Souza; Zuzu, Zuzu Angel e Clarice Herzog – esposa de Vladimir Herzog, assassinado no DOI-Codi em 25 de outubro de 1975. As duas últimas são mencionadas na composição de Aldir Blanc “O bêbado e o equilibrista”, interpretada por Elis Regina.

Integradas em movimentos revolucionários - que mais se destacam em estudos - como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Aliança Libertária Nacional (ALN), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR), Comando de Libertação Nacional, Resistência Democrática, Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Comando de Libertação Nacional (COLINA) entre outros, as mulheres sabiam qual era o enfrentamento, qual era a luta.

Segundo Olívia Joffily, nesses grupos, realizaram ações espetaculares, como a ‘expropriação’ de um cofre com US\$ 2,5 milhões dólares, atribuídos à caixinha do governador de São Paulo, Ademar de Barros. Também promoveram o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, o primeiro na América e o feito de maior impacto da guerrilha.

Vozes das Guerrilheiras da ALN – (CARVALHO, 1998)

“...Nossas mulheres, quase todas, perderam muitas noites de sono para decidir em qual das organizações entrar. Eram assediadas pelos militantes já organizados dos vários grupos, recebiam papelada, discutiam as filigranas, esforçavam-se por merecer o sagrado recrutamento, se ofereciam para tarefas mais ousadas, eram a própria generosidade. Não era fácil ser escolhida para entrar nas O. Pesava, aqui e ali, mais do que a proposta em si (muito semelhantes na teoria), relações de amizade, namoros, mútuas simpatias ou antipatias que acabavam sendo determinantes. O básico, o fundamental, sobre o qual não se permitia tergiversações, era o convencimento firme de que a luta armada era a única saída.” (p 198 do livro)

Luiz Maklouf Carvalho ainda observa:

“É difícil fazer uma conta de chegada sobre a quantidade de mulheres que foram à luta – e mais difícil ainda precisar quantas delas foram à luta armada e ou estiveram no olho do furacão da guerrilha urbana e rural. No primeiro caso – a militância política de modo geral – os números mais próximos da verdade estão no levantamento feito pelo *Projeto Brasil Nunca Mais* em 707 processos judiciais militares relativos ao período, 695 dos quais submetidos ao crivo da informática (e, portanto, do cruzamento das informações). Nesses processos tem-se que 7.367 cidadãos foram denunciados perante a Justiça Militar por atuarem contra a ditadura – 12% dos quais mulheres, o que nos leva a 884. O Projeto não detalhou quantas dessas mulheres foram denunciadas por ações armadas ou assemelhadas – mas resta evidente,

no manuseio dos processos, que a grande maioria passou o que passou por conta de atividades políticas não violentas.”

Mas quem eram essas mulheres? Distanciadas de um cotidiano, sem sobressaltos, em uma sociedade de patriarcas, advogadas, estudantes universitárias, médicas, enfermeiras, funcionárias de Ministérios Públicos, costureiras, jornalistas, psicólogas, donas de casas; burguesas ou operárias juntaram-se a grupos que tinham um projeto revolucionário geométrico que buscava soluções – que mesmo aritméticas, responderiam ao problema social e humano. Nesses grupos, experimentaram liberdades paradoxais. Mesmo na clandestinidade, no exílio ou na resistência, sentiam-se livres: “Eu nunca me senti tão livre na minha vida quanto em alguns momentos de clandestinidade.”⁶A liberdade era para lutar. Lutar e vencer.

A luta no campo

“A maior parte das organizações de esquerda pretendia desenvolver uma ação no meio rural. Acreditavam que, No Terceiro Mundo, diferentemente do Primeiro, devido à grande preponderância do meio rural sobre o urbano nas ações pobres, era do campo que se deveria partir para tomar de assalto as cidades. Todavia, com exceção da guerrilha do Araguaia, todas as ações armadas se deram na cidade. Isso ocorreu porque as organizações de esquerda – formadas por estudantes, profissionais liberais, operários e intelectuais, todos oriundos do meio urbano – pretendiam, num primeiro momento, angariar fundos e armas para poder desenvolver um trabalho de maior fôlego no campo.”

(JOFFILY, 2005)

É muito comum, em alguns trabalhos que relatam o período da guerrilha rural, verificarmos a composição do elenco dos principais guerrilheiros com nomes masculinos, no entanto, assim como na ação revolucionária urbana, a participação feminina na zona rural no Araguaia foi fundamental.

⁶Declaração da militante Lúcia Murat sobre sua militância contra o Regime, na obra de Luiz Maklouf Carvalho (1998:196).

Integrantes do PCdoB, profissionais liberais, estudantes, bancárias, funcionárias públicas e de diversas áreas chegaram ao Araguaia, sul do Pará, com ideais socialistas, inicialmente, com trabalhos assistencialistas e educacionais e depois, na deflagração da guerrilha, lutaram de forma expugnável, efetivamente, portanto, nessa trama, não foram meras coadjuvantes.

Em CARVALHO, 1998:

“Doze guerrilheiras foram mortas no Araguaia – Dinalva Oliveira Teixeira (Diná), Maria Luíza Garlipe (Tuca), Helenira Resende de Souza Nazareth (Fátima), Maria Lúcia Petit (Maria), Áurea Elisa Pereira Valadão, Dinaelza Santana Coqueiro (Mariadina), Maria Célia Correa (Rosa), Jana Moroni Barroso (Cristina), Valquíria Afonso Costa (Valk), Telma Regina Cordeiro Correa (Lia), Suely Yumiko Kanayana (Chica) e Lúcia Maria Souza (Sônia). Todas muito jovens, a maioria universitárias e com militância anterior ao movimento estudantil dos seus estados de origem...Algumas ficaram vivas para contar a história. É o caso, para citar as duas que continuam militantes do PCdoB, histórica e incansável militante Elza Monerat e de Criméia Alice de Almeida (irmã de Amelinha).”

Lutar pela democracia é vencer uma sociedade patriarcal que não se situava apenas na direita. A mulher sofre discriminação pela direita, quando é torturada, no entanto, na esquerda, onde está em um mesmo projeto, podemos perceber que mesmo sendo letrada ou intelectual nunca, como podemos perceber ao ouvir as vozes femininas em trabalhos que contam sua participação na luta, nenhuma mulher ocupava postos de liderança nas organizações. Muito embora, em uma observação, essa discussão se torne emblemática quando, nessas mesmas vozes, existem controvérsias em relação aos lugares de comandos.

A guerrilha e o corpo

No esquadrihar da luta, acha-se a opressão. Na opressão, a discriminação nas diferentes formas de torturas sofridas pelas mulheres.

Era no corpo da mulher que, também, aparecia a luta dentro da luta.

O que diz Oliveira:

“O corpo é a nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo, e é nesta casa que as diferenças de gênero se acentuam e diferenciam: a tortura no corpo do homem e no corpo da mulher. A tortura, a exemplo do que ocorre com os processos penais, sempre atendeu a interesses de classe e foi marcada igualmente pela hierarquia de poder entre gêneros. Se o corpo é a nossa casa, na tortura ele nos acua, para que nos neguemos, enquanto seres humanos e esta casa é clivada de poder pela divisão sexual das atividades nos momentos em que nos encontramos acuados frente a nossa condição de sujeitos nos quais emerge a relação de poder entre o torturador e o sujeito – o corpo torturado.” (OLIVEIRA, 1996:2.)

Em abril de 1996, mediante depoimentos de quatro ex-militantes, abriu-se discussões em um seminário no Instituto de Filosofia Humanas na Unicamp acerca das discriminações e torturas diferenciadas das mulheres nas prisões.⁷

Se elas entraram em uma “luta de homens”, para seus torturadores, teriam de ser torturadas como homens. Os métodos utilizados para as torturas em ambos os sexos exibiam requintes de crueldades, mas era no estupro que a mulher era tratada como mulher, quando era também explorados os caminhos da fragilidade feminina.

Na voz de COIMBRA:

Colocam-me nua e acontecem as primeiras sevícias...os guardas que e levam, frequentemente encapuzada percebem minha fragilidade... Constantemente praticam vários abusos sexuais... Os choques elétricos no meu corpo nu e olhado são cada vez mais intensos... E, eu me sinto desintegrar: a bexiga e os esfíncteres sem nenhum controle... “Isso não pode estar acontecendo: é um pesadelo... Eu não estou aqui...”, penso eu. O filhote de jacaré com sua pele gelada e pegajosa percorrendo meu corpo... “E se me colocam a obra, como estão gritando quearão? ... Perco os sentidos, desmaio...

Na tortura, a mulher vivencia outro protagonismo: além de ocupar o lugar de oprimida na relação de poder, onde o Estado é o opressor, ela sofre discriminação na relação de gênero. O seu corpo é alvo de torturas arquitetadas unicamente para o

feminino. Os agentes opressores contavam com sua fragilidade. Sofria, assim, a punição por estar no lugar que não era o dela.

A discriminação contra a mulher, de acordo com que se observa na história, aplica-se em vários campos, no entanto, na militância feminina, JOFFILY (2005) analisa:

“É no contexto da tortura e das formas que ela assume que as relações opressoras de sexo/gênero atingem seu ápice. Evidentemente, a tentativa de cisão entre o corpo e a mente por meio de intensa dor física e psicológica não se restringiu às mulheres. Ambas as categorias de sexo foram indiscriminadamente violentadas em sua integridade física e moral. No entanto, as torturas de cunho sexual foram preferencialmente aplicadas às mulheres, dado que merece uma análise aprofundada. Em primeiro lugar, vale lembrar que os torturadores eram, se não em sua totalidade, pelo menos em sua esmagadora maioria, homens. E como, para eles, as mulheres das quais queriam obter informações eram ‘putas’, nada mais lógico do que alternar as seções de tortura com violência sexual. A dor física, nesse caso, é acrescida de atos de natureza íntima, aumentando o sentimento de humilhação das vítimas.

O caso Joffily⁷

Olívia Rangel Joffily, doutora e mestre em Sociologia pela PUC-SP e bacharel em Comunicação Social pela Universidade Metodista foi uma das mulheres que participaram da luta contra o regime militar no Brasil. cursava Ciências Sociais na Unicamp quando começou sua militância na Ação Popular e depois, com sua incorporação ao PC do B, passou a atuar nas atividades do partido. Nasceu em uma família de esquerda. Seu pai nunca militou em partidos, mas sempre defendeu ideias socialistas. Em 1964 foi denunciado como “esquerdista” por um chefe de Estado e

⁷O caso Joffily nasce de uma entrevista que fiz com Olívia Rangel Joffily, militante contra o regime militar. Joffily reside hoje em Florianópolis- SC.

indiciado num processo. Nesta mesma época, ele recebeu um convite para trabalhar no Instituto Pasteur, em Paris, onde ficaram exilados.

Essa primeira experiência de exílio, pois teve de acompanhar sua família, entre 1965 e 1966, onde frequentou uma escola francesa, provocou-lhe um processo de amadurecimento intelectual e emocional. A experiência de ser “estrangeira” foi marcante. Ainda que em estágio muito primário, começou a refletir sobre o que é ser “o outro”, sobre diferenças e desigualdades, sobre a questão da alteridade. .

Em 1968 começaram as grandes manifestações de massa. Joffily participou de várias passeatas. Algumas vezes, à revelia dos seus pais, que temiam a repressão. Numa dessas passeatas, conheceu vários estudantes da USP, além de dirigentes estudantis como Honestino Guimarães. Também teve contato com dirigentes de diversas organizações de esquerda, como PCB, ALN, entre outras. Entrou num grupo de teatro com estes estudantes, no então Grupo Teatral Politécnico (Poli- USP). Chegaram a encenar uma peça, dirigidos pela Dudu Barreto Leite, no Teatro João Caetano, na Vila Mariana. No segundo dia da apresentação, o Teatro foi cercado pela polícia e foram impedidos de entrar. Era o AI-5 que chegava... Estavam em dezembro de 1969, tinha 19 anos.

Em 1970 prestou vestibular na USP e entrou em Ciências Sociais. Voltou a ter contato com o pessoal do GTP e os dirigentes estudantis. Começava uma onda de prisões, torturas e desaparecimentos. Seu pai, preocupado com sua participação, quis que ela ficasse sob sua proteção e a transferiu para a Unicamp, onde ele era professor.

Mas em 1972 tiveram uma briga que a fez sair de casa sem lenço nem documento. Foi dar aulas em cursinho e morar em uma república.

Na casa de uma grande amiga, Cláudia, conheceu seu companheiro, Bernardo, que militava na Ação Popular, que na época estava se fundindo com o PCdoB. Olívia já havia sido convidada a entrar no PCB e na ALN, mas optou pelo PCdoB. Casada com Bernardo foram viver na periferia de Campinas. Em 1974, por conta da perseguição, teve de mudar seu nome para Olívia Rangel Magalhães. Temendo por sua vida, exilou-se, pela segunda vez, na Albânia, desta vez com seu companheiro e sua filha. Lá trabalharam na Rádio Tirana, onde ficaram até 1979.

Retornando ao Brasil, conta que continuou sofrendo perseguições, apesar da Lei da Anistia já ter sido promulgada. Como não podia utilizar seus documentos, foi obrigada a entrar clandestinamente no Brasil pelo Paraguai. Joffily manteve seu nome falso até 1984, quando foi indiciada em processo contra o jornal *Tribuna Operária*.

O que a fez entrar na luta? Era de uma família de esquerda. Eram os anos 60; estavam numa ditadura. Viveu 1968 e as grandes manifestações estudantis. Juntou suas inquietações de jovem com as questões políticas e sociais da época, foi lutar por um mundo melhor. Nela se movia o sonho do socialismo, de uma sociedade igualitária, livre de opressão. Foi, como milhares de outros jovens, fazer a sua parte, dar sua contribuição para as mudanças.

Em sua tese de doutoramento – Esperança equilibrista: resistência à ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), 2005, Olívia Rangel Joffily, quando resgata o período da ditadura militar no Brasil e a participação feminina na resistência ao regime militar, por uma postura ética e metodológica, separa-se do objeto de sua pesquisa, ao mesmo tempo em que fica perto dele, pois naquele contexto social e político também foi agente e objeto da História.

Olívia, tendo participado de forma ativa na resistência militar, tem um vínculo privilegiado com o seu objeto de pesquisa e, nesse sentido, confunde-se com ele. E é nessa condição, fora e perto do objeto, discorre suas impressões, quando dá voz às 12 mulheres que falam sobre sua participação na luta armada, da vida clandestina, da solidão do cárcere e da tortura. Na narrativa dessas mulheres, fica apenas na condição de observadora, no entanto, na transcrição das vozes, deixa impressa toda a emoção de quem compartilha a mesma memória, pois é a décima terceira voz.

Joffily é fundadora e membra do Conselho Consultivo Nacional da União das Mulheres e presta consultoria às instituições e entidades do movimento social quanto à relação de gênero.

A história de Joffily se junta a de outras muitas mulheres que estiveram na luta contra a ditadura militar e que ainda hoje participam de projetos que buscam uma vida social igualitária.

Novas teias da luta

A partir da anistia política, 1979, muitas mulheres que lutaram contra o regime militar voltam do exílio; a maioria delas da Europa ou dos EUA de onde trazem bagagens para novas militâncias, pois lá tiveram contato.

com outras mulheres em movimento. As experiências que levaram da luta somadas as outras que têm fora do seu país se fazem competências necessárias para novas discussões e disputas presentes no cenário nacional no processo de redemocratização.

Muitas dessas mulheres, apesar da anistia que se dizia *ampla, geral e irrestrita* (tríplice profícua apenas para a direita), ainda continuavam sofrendo perseguições e retaliações, mas, mesmo nesse contexto, suas lutas não obliteravam. Muito longe da pertinácia, militavam por ideologias. Seus traumas físicos e psicológicos, suas perdas morais ou materiais marcadas pela ditadura militar não paralisavam as suas lutas por uma sociedade sem diferenças, justa.

Já nos anos 80, os vários movimentos de mulheres, de toda forma, promovem rupturas em uma sociedade machista no passo em que a democratização de poderes se torna iminente.

A produção historiográfica brasileira, conforme Maria Izilda S. de Matos (Gênero em debate, 1997), sobre as mulheres nos anos 80 apresenta abordagens,

que analisam aspectos diferenciados da questão. No âmbito do trabalho feminino, procurou-se resgatar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano, bem como sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas por intermédio das quais pudessem se expressar ou, ao menos, sobreviver. Procurou-se reconstruir a estrutura ocupacional feminina num meio urbano por meio de exercício de papéis improvisados, destacando e descobrindo sua presença constante na inserção no espaço público, onde as atividades femininas adquirem importância.

No público ou no privado, novas teias se formam na luta da mulher, seja no redimensionamento do seu papel na sociedade, seja na guerrilha contra toda e qualquer tipo de ditadura que a desigualdade e a ausência de liberdades acarretam na condição humana.

Com a propósito de desvelar a luta insepulta, expugnável, ou não, das mulheres contra a opressão do regime militar, iluminamos a sua participação como protagonistas nas transformações da vida pública num período em que todas as liberdades individuais eram suprimidas pelo Estado; colocando-as não simplesmente na História, mas, sim, buscando mostrar sua história de forma mais igualitária, não subjacente, não apenas às ordens do masculino.

Na resistência à ditadura militar, as ações revolucionárias das mulheres perpassam os movimentos feministas e as disputas de gêneros.

Elas sabiam por que lutavam. Nessas perspectivas, trazemos para novas reflexões o papel da mulher na luta armada, colocando-a como sujeito e objeto numa História recente.

A mulher esteve na luta contra o Regime, e continua lutando em um projeto social e político no qual reside a expectativa de que a corrida pela emancipação humana, seja, algum dia, finda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Moniz. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Difel, 1983.
- CARVALHO, Luís Maklouf de. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Globo, 1991.
- COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- FERREIRA, Elizabeth Xavier. Mulheres, militância e memória. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- JOFFILY, Olívia Rangel. Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Mulheres em movimento. São Luís: Edufma, 2007.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL